

EDITAL CCDTO N.º 01/2014

**ABRE AO CORPO DISCENTE DO CURSO DE DIREITO, BACHARELADO, O PERÍODO PARA INSCRIÇÕES NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA – PEA.**

O Coordenador do Curso de Direito da FAE Centro Universitário, observando os dispositivos da Resolução CONSEPE n.º 06/2012, de 02 de maio de 2012, baixa o seguinte

**E D I T A L**

**Art. 1º** Fica aberto ao corpo discente do Curso de Direito, bacharelado, da FAE Centro Universitário o período para inscrições no Programa de Excelência Acadêmica, adiante denominado PEA: de 22 de setembro a 10 de outubro de 2014.

**§1º** Para o PEA serão ofertadas o total de (02) duas vagas:

CURSO	N.º VAGAS
<i>Direito – matutino/noturno/transferência externa</i>	02

**§2º** As vagas disponíveis ao PEA atenderão atividades desenvolvidas pelo Programa Institucional de Monitoria, Núcleo de Prática Jurídica e Grupos de Pesquisa vinculados ao Curso de Direito, bacharelado, da FAE Centro Universitário.

**Art. 2º** Para participar e inscrever-se no PEA, o discente deverá observar os requisitos a seguir e apresentar os seguintes documentos no ato da inscrição:

- I. estar regularmente matriculado no Curso de Direito, bacharelado, da FAE Centro Universitário ou Instituição de Ensino do Direito reconhecida pelo MEC;
- II. ter cursado carga horária mínima de 1.800 (um mil e oitocentas) horas de disciplinas curriculares;
- III. apresentar declaração escrita sobre a disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais, no horário extracurricular, para participar das atividades;
- IV. apresentar histórico escolar da graduação original e atualizado (incluindo: dados do vestibular, carga horária por disciplina, semestre, ano, médias ou conceitos de aprovação e frequência) e comprovante de matrícula;
- V. aos discentes externos à FAE Centro Universitário, no concernente ao aproveitamento de disciplinas cursadas, serão respeitadas as normativas relacionadas ao processo para transferência externa institucional em vigência na data da inscrição.

**§1º** O discente assume total responsabilidade pelas informações prestadas no formulário de inscrição e pelas consequências de eventuais erros ou omissões no preenchimento de qualquer de seus campos.

**§2º** A inexatidão ou irregularidade das informações prestadas ou dos documentos apresentados importará a eliminação do discente, em qualquer fase do processo seletivo, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, cível ou penal cabíveis.

**Art. 3º** Poderão inscrever-se no Processo Seletivo os candidatos que tenham vinculação em curso de Direito, bacharelado, em Instituição de Ensino Superior, oficialmente autorizado, conforme documentação a ser fornecida, nos termos do presente Edital.

**Art. 4º** O conhecimento de todas as informações contidas neste Edital e os demais regulamentos são de inteira responsabilidade do discente.

**Art. 5º** Poderá ser excluído o discente que não atender a qualquer um dos requisitos necessários para o preenchimento das vagas ofertadas neste edital.

**Art. 6º** Não será aceita inscrição condicionada e/ou extemporânea ou efetuada pelo correio ou similar.

**Parágrafo único.** A inscrição em desacordo com este Edital será anulada em qualquer fase do processo seletivo e implicará na exclusão do nome do discente da relação dos aprovados e a perda dos direitos decorrentes, mesmo que já tenha ocorrido a homologação do resultado final.

**Art. 7º** Discentes externos à FAE Centro Universitário deverão juntar os planos de ensino (com ementário) das disciplinas já cursadas em curso de Direito, bacharelado, devidamente reconhecido.

**Parágrafo único.** Não serão aceitos documentos emitidos por via eletrônica, ilegíveis, bem como fora do prazo estabelecido.

**Art. 8º** O processo de seleção para escolha dos integrantes do PEA observará os seguintes critérios, procedimentos e requisitos para inscrição:

- I. preenchimento da ficha de inscrição por meio de formulário de inscrição junto à Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, formalizando a participação no processo seletivo no período de 22 de setembro a 10 de outubro de 2014;
- II. participar da apresentação do PEA no dia 17 de novembro de 2014 às 18h, no *Campus* Centro, Prédio I, localizado na Rua 24 de Maio, 135 – Centro.

**Art. 9º** O Processo Seletivo será composto por 03 (três) fases:

- I. prova escrita, de caráter eliminatório;

- II. submissão do candidato à Banca Examinadora;
- III. análise curricular.

**Art. 10.** O Processo Seletivo deverá considerar o que segue:

- I. Prova escrita:
  - a) os discentes realizarão prova escrita composta por 40 (quarenta) questões objetivas e 04 (quatro) questões discursivas, abrangendo conteúdo específico de acordo com o previsto no Anexo I, com caráter classificatório;
  - b) para as questões objetivas, cada resposta certa equivalerá a 01 (um) ponto, com pontuação máxima de 40 (quarenta) pontos;
  - c) para as questões discursivas, cada resposta certa equivalerá a 15 (quinze) pontos, com pontuação máxima de 60 (sessenta) pontos;
  - d) o discente somente poderá ausentar-se do local da prova depois de decorrida 01 (uma) hora do seu início.
- II. Banca Examinadora:
  - a) os membros da Banca Examinadora serão definidos pela Coordenação do Curso em número não inferior a 03 (três) docentes da FAE Centro Universitário e em número não superior a 05 (cinco) docentes desta Instituição;
  - b) os discentes serão avaliados por Banca Examinadora que os submeterá às questões relacionadas às informações prestadas para a fase de análise curricular e relacionadas ao conteúdo específico de acordo com o previsto no Anexo I, com caráter classificatório;
  - c) os discentes serão avaliados e graduados segundo média das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora, sendo que as notas deverão respeitar o limite de 100 (cem) pontos;
  - d) no dia da avaliação da Banca Examinadora o discente tomará ciência sobre a obrigatoriedade de exercício nas atividades relacionadas aos Programa Institucional de Monitoria, Núcleo de Prática Jurídica e Grupos de Pesquisa vinculados ao Curso de Direito, bacharelado, através de proposta de Plano de Estudos a ser apresentada pela Banca Examinadora.
- III. Para a fase de Análise Curricular:
  - a) a análise curricular será realizada durante a avaliação pela Banca Examinadora;
  - b) para análise curricular serão consideradas as atividades curriculares, complementares e extracurriculares realizadas pelo discente, assim como média global e frequência;
  - c) a carga-horária mínima para avaliação curricular efetivamente cursada é de 1.800 (um mil e oitocentas) horas de disciplinas regulares;
  - d) será desclassificado o candidato cuja análise curricular resultar em enquadramento em períodos sem vagas disponíveis ou não mencionados neste Edital;

- e) o currículo dos discentes será avaliado pela Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, ou por professor membro do corpo docente da FAE Centro Universitário a ser indicado pela Coordenação de Curso, sendo que a nota a ser atribuída deverá respeitar o limite de 100 (cem) pontos.
- V. Data e Local do Processo Seletivo:
- a) a prova escrita será realizada 18 de outubro de 2014 às 08h, no *Campus* Centro, Prédio I localizado na Rua 24 de Maio, 135 – Centro, com duração de 04 (quatro) horas;
  - b) as portas do local de realização das provas serão fechadas 20 (vinte) minutos antes de seu início, sendo os relógios da Coordenação do Processo Seletivo acertados pelo horário de Brasília/DF;
  - c) a avaliação perante Banca examinadora será realizada no dia 25 de outubro de 2014 às 08h, no *Campus* Centro, Prédio I, localizado na Rua 24 de Maio, 135 – Centro, com duração de 30 (minutos) para cada candidato.

**Art. 11.** A relação dos discentes selecionados ao PEA será publicada em Edital da Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, no dia 07 de novembro de 2014.

**Art. 12.** Após a realização das fases anteriores e a divulgação do resultado, os candidatos serão convocados pela Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, e pela Coordenação do PEA para ter ciência do Plano de Estudos elaborado para o prazo de vigência da Bolsa de Excelência concedida.

**§1º** A não aceitação do Plano de Estudos apresentado pela Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, e pela Coordenação do PEA implicará na desclassificação imediata do discente do Programa de Excelência Acadêmica.

**§2º** O preenchimento de vaga remanescente fica a critério exclusivo dos membros da Banca Examinadora.

**Art. 13.** Os discentes aprovados serão contemplados com as Bolsas de Excelência dispostas nesse Edital, e terão vigência pelo período de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses, conforme definido pela Coordenação do Curso de Direito, bacharelado, e pela Coordenação do PEA de acordo com a quantidade de disciplinas a cursar na FAE Centro Universitário.

**Art. 14** Os discentes aprovados poderão ser excluídos do PEA nas seguintes hipóteses:

- I. caso venham a reprovar em qualquer disciplina durante a vigência da bolsa;
- II. não respeitem o plano de estudos previamente definido;
- III. não participem efetivamente das atividades relacionadas no presente Edital;
- IV. recebam quaisquer sanções disciplinares.

**Art. 15.** Casos omissos serão resolvidos pelas Coordenações do Curso de Direito, bacharelado, e pela Coordenação do PEA.

**Art. 16.** Dê-se ciência aos interessados e a quem de direito para que o presente produza seus efeitos.

Publique-se.

Curitiba, 19 de setembro de 2014.

*Karlo Messa Vettorazzi*

**Coordenador do Curso de Direito, bacharelado**

**ANEXO I – Conteúdo Programático**

**TEORIA GERAL DO DIREITO**

**1 AS CORRENTES DO PENSAMENTO JURÍDICO E AS NECESSIDADES ATUAIS**

- 1.1 Conceito tridimensional de Direito (Miguel Reale)
- 1.2 Direito Positivo (a Codificação)
- 1.3 Direito Objetivo e Direito Subjetivo
- 1.4 Direito Público e Direito Privado
- 1.5 A Constitucionalização do Direito Privado
- 1.6 A definição dos Direitos dos Homens, dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais
  - 1.6.1 A classificação dos Direitos Fundamentais

**2 RELAÇÃO JURÍDICA**

- 2.1 Sujeito
- 2.2 Objeto
- 2.3 Nascimento
  - 2.3.1 Fatos e atos jurídicos
  - 2.3.2 Ato ilícito e a responsabilidade civil
  - 2.3.3 Abuso do direito

**3 FONTES DO DIREITO**

- 3.1 Classificação
  - 3.1.1 Fontes formais e fontes materiais
  - 3.1.2 Fontes estatais e fontes não estatais
- 3.2 Legislação
- 3.3 Jurisprudência
- 3.4 Costume jurídico
- 3.5 Doutrina jurídica

**4 MEIOS DE INTEGRAÇÃO DO DIREITO**

- 4.1 Princípios gerais do Direito
- 4.2 Analogia
  - 4.2.1 Analogia *legis*
  - 4.2.2 Analogia *iuris*
- 4.3 Equidade

**5 NORMA JURÍDICA**

- 5.1 Validade
- 5.2 Vigência
  - 5.2.1 Vigência do tempo
  - 5.2.3 Vigência no espaço
- 5.3 Eficácia
  - 5.3.1 Eficácia social e eficácia jurídica

**6 HERMENÊUTICA**

- 6.1 Interpretação jurídica e subsunção
- 6.2 Regras de interpretação jurídica
- 6.3 Efeitos do ato interpretativo
- 6.4 Correção do Direito e antinomia jurídica

6.5 Conceito jurídico indeterminado e a Cláusula geral

6.6 Princípio da boa-fé objetiva

## **TEORIA GERAL DO ESTADO E CIÊNCIA POLÍTICA**

### **1 CONCEITO DE CIÊNCIA**

1.1 A Ciência Política e seu objeto de estudo

1.2 A correlação entre a Ciência Política e o Direito

### **2 O ESTADO: CONCEITOS E PROCESSO DE FORMAÇÃO**

2.1 Platão e Aristóteles

2.2 Santo Agostinho

2.3 Maquiavel

2.4 Hobbes

2.5 Locke

2.6 Rousseau

2.7 Marx e Engels

2.8 Max Weber

2.9 Pensadores contemporâneos

### **3 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ESTADO**

3.1 Povo

3.2 Território

3.3 Poder: legalidade e legitimidade

3.3.1 Formas de governo: aristocracia, monarquia, democracia

3.3.2 Parlamentarismo e presidencialismo

3.3.3 Sistema legal: poder constituinte e poder constituído

3.3.4 Os três poderes

3.4 Formas de Estado: unitário, união de estados, federação

3.5 Soberania

3.6 Regime totalitário e regime democrático

## **DIREITO CIVIL - TEORIA GERAL**

### **1 FATOS JURÍDICOS**

1.1 Noção geral

1.2 Características

1.3 Importância da sua regulação pelo Direito Civil.

### **2 ATOS JURÍDICOS**

2.1 Noção geral

2.2 Características

2.3 Classificação

2.4 Atos jurídicos lícitos e atos jurídicos ilícitos

2.5 Diferenças entre os atos jurídicos e os negócios jurídicos.

### **3 NEGÓCIOS JURÍDICOS**

3.1 Noção geral

3.2 Elementos essenciais-capacidade

- 3.3 Objeto e forma
- 3.4 Elementos acidentais-condição
- 3.5 Termo e encargo ou modo
- 3.6 Inexistência dos negócios jurídicos
- 3.7 Hipóteses-falta de elementos conceituais
- 3.8 Invalidade dos negócios jurídicos
  - 3.8.1 Hipóteses de nulidade dos negócios jurídicos
  - 3.8.2 Hipóteses de anulabilidade dos negócios jurídicos e sua diferenciação
- 3.9 Ineficácia do negócio jurídico
  - 3.9.1 hipóteses.

## **4 ATOS JURÍDICOS ILÍCITOS**

- 4.1 Responsabilidade civil.
- 4.2 Abuso de direito
  - 4.2.1 Conceto
  - 4.2.2 Caracterização
- 4.3 Excludentes da ilicitude dos atos jurídicos.

## **5 EXTINÇÃO DE DIREITOS**

- 5.1 Prescrição-noção geral
- 5.2 Características
- 5.3 Prazos prescricionais
- 5.4 Decadência
  - 5.4.1 Noção geral
  - 5.4.2 Características
  - 5.4.3 Prazos decadenciais
- 5.5 Renúncia a direitos
- 5.6 Noção geral
- 5.7 Hipóteses de renúncia a direitos.

## **6 FORMA E PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS**

- 6.1 Disciplina legal
- 6.2 Importância do atendimento à forma
- 6.3 As formas de se proceder à comprovação dos negócios jurídicos.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO**

### **1 A HISTÓRIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 1.1 Os modelos de constituição
- 1.2 Matriz inglesa, americana e francesa
- 1.3 O sistema brasileiro

### **2 O CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 2.1 Ferdinand Lassale
- 2.2 Hans Kelsen
- 2.3 Carl Simidt
- 2.4 Konrad Hesse

### **3 O PODER CONSTITUINTE E O PODER CONSTITUÍDO**

- 3.1 Emmanuel J. Sieyès

3.1 Os problemas da titularidade

#### **4 AS NORMAS CONSTITUCIONAIS**

#### **5 OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

5.1 Os princípios constitucionais

### **DIREITO PENAL – SISTEMA PENAL**

#### **1 A CIÊNCIA PENAL**

1.1 Conceito de Direito penal e ciência penal.

1.2 Considerações sobre aspectos do conhecimento penal.

1.3 As relações entre dogmática, criminologia, política criminal e outros aspectos do conhecimento penal.

#### **2 A CRIMINOLOGIA CLÁSSICA E SOCIOLÓGICA**

#### **3 CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRÍTICA AO SISTEMA PENAL**

#### **4 DIREITO PENAL E CONTROLE SOCIAL**

4.1 Discriminação e controle social penal.

#### **5 FUNÇÕES E MISSÕES DO DIREITO PENAL**

5.1 A proteção de bens jurídicos e a violação de dever.

5.2 Função simbólica do Direito penal.

#### **6 BEM JURÍDICO COMO CATEGORIA PENAL**

#### **7 A NORMA PENAL**

7.1 Conteúdo

7.2 Estrutura.

#### **8 NORMA PENAL EM BRANCO E BEM JURÍDICO**

#### **9 LIMITES DO DIREITO PENAL**

9.1 Direito penal e Estado social e democrático de Direito

9.2 Norma e princípio: conflitos e soluções.

#### **10 O PRINCÍPIO DE LEGALIDADE**

#### **11 O PRINCÍPIO DE CULPABILIDADE**

#### **12 O PRINCÍPIO DE INTERVENÇÃO MÍNIMA**

#### **13 PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA**

13.1 Monismo e dualismo nas consequências jurídicas do delito.

## HISTÓRIA DO DIREITO

### 1 PROPEDEÚTICA: CIÊNCIA E DIREITO

- 1.1 História e interdisciplinaridade
  - 1.1.1 Direito e História
- 1.2 Idealismo alemão e escola metódica
  - 1.2.1 Pressupostos socioepistemológicos
  - 1.2.2 Fundamentos filosóficos
  - 1.2.3 Características
  - 1.2.4 História tradicional
  - 1.2.5 História do Direito
- 1.3 Escola de Annales
  - 1.3.1 Fases
  - 1.3.2 Conteúdos programáticos do movimento
  - 1.3.3 Escola de Annales e a história do Direito
- 1.4 Marxismo
  - 1.4.1 Marxismo e história
  - 1.4.2 Pressupostos da historiografia marxista
  - 1.4.3 Marxismo e história do Direito
- 1.5 Teoria crítica e Escola de Frankfurt
  - 1.5.1 Fases e programas
  - 1.5.2 Teoria benjaminiana da história e historiografia: a “história dos vencidos” e a história do Direito

### 2 HISTÓRIA DO DIREITO

- 2.1 Direito antigo
  - 2.1.1 Direito romano e medieval: Direito romano e construções jurídico-medievais
  - 2.1.2 A recepção da noção romana *auctoritas* pelo Direito medieval
  - 2.1.3 Principais linhas do Direito medieval
  - 2.1.4 Direito canônico
  - 2.1.5 Direito comum
- 2.2 Direito moderno
  - 2.2.1 A formação do moderno
  - 2.2.2 A subjetividade moderna
  - 2.2.3 Racionalidade moderna e Direito
  - 2.2.4 Formação dos Estados nacionais modernos e o Direito
  - 2.2.5 Jusnaturalismo moderno
  - 2.2.6 A sociedade moderna e as teorizações político-jurídicas contratualistas de Hobbes, Locke e Rousseau
- 2.3 O Iluminismo, as Revoluções Burguesas e o pensamento político-jurídico burguês
  - 2.3.1 A crítica do Direito e da política burguesa: o marxismo e o pós-marxismo
- 2.4 Direito contemporâneo e pós-moderno
  - 2.4.1 Juspositivismo
  - 2.4.2 Cientificismo, codificações e formalismo
  - 2.4.3 Direito e século XX
  - 2.4.4 O Estado Social e sua ordem jurídica
  - 2.4.5 A crise do Estado de bem-estar e o Direito
  - 2.4.6 A crise e a crítica da modernidade
  - 2.4.7 Crise paradigmática, globalização e Direito

## **DIREITO CIVIL - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES**

### **1 DIREITO DAS OBRIGAÇÕES**

- 1.1 Noção geral
- 1.2 Características
- 1.3 Princípios informadores
- 1.4 Natureza jurídica

### **2 ELEMENTOS DA OBRIGAÇÃO**

- 2.1 Sujeitos
- 2.2 Objeto e vínculo jurídico
- 2.2.1 Teorias sobre a constituição do vínculo jurídico

### **3 CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES**

- 3.1 Obrigações naturais-conceito
- 3.2 Diferenças com as obrigações civis
- 3.3 Diferenças com as obrigações morais
- 3.4 Obrigações de dar-conceito
- 3.5 Espécies
- 3.6 Características e disciplina legal
- 3.7 Obrigações de fazer e não fazer-conceito
- 3.8 Espécies
- 3.9 Características e disciplina legal
- 3.10 Obrigações alternativas
- 3.11 Obrigações facultativas
- 3.12 Obrigações divisíveis e indivisíveis
- 3.13 Obrigações solidárias
- 3.13.1 Conceito
- 3.13.2 Espécies
- 3.13.3 Características
- 3.13.4 Disciplina legal

### **4 EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES**

- 4.1 Dever de cumprir do sujeito passivo e direito de receber do sujeito ativo

### **5 EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES**

- 5.1 Pagamento como forma de extinção das obrigações e suas diferenças com o adimplemento
- 5.2 Outras formas de extinção das obrigações
- 5.2.1 Com pagamento-consignação em pagamento
- 5.2.2 Pagamento com sub-rogação
- 5.2.3 Imputação do pagamento
- 5.2.4 Dação em pagamento
- 5.2.5 E sem pagamento-noção
- 5.2.6 Compensação
- 5.2.7 Confusão
- 5.2.8 Remis-são
- 5.2.9 Transação

### **6 CONSEQÜÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

- 6.1 Noções gerais
- 6.2 Mora

- 6.3 Perdas e danos
- 6.4 Juros
- 6.5 Cláusula penal
- 6.6 Arras
- 6.7 Correção monetária

## **7 TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES**

- 7.1 Noção geral
- 7.2 Obrigações não passíveis de transmissão
- 7.3 Cessão de crédito
- 7.4 Assunção de dívida

## **DIREITO CONSTITUCIONAL - TUTELA CONSTITUCIONAL**

- 1 HABEAS CORPUS
- 2 HABEAS DATA
- 3 MANDADO DE SEGURANÇA
- 4 MANDADO DE INJUNÇÃO
- 6 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E SUAS ESPÉCIES
- 7 A AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE
- 8 A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE
- 9 A AÇÃO POPULAR
- 10 A AÇÃO CIVIL PÚBLICA

## **DIREITO PENAL – TEORIA DO DELITO**

### **1 NOÇÕES GERAIS**

- 1.1 Conceito de delito
- 1.2 Lei penal no tempo e no espaço.
- 1.3 Noções gerais sobre sistema de imputação.

### **2 TEORIAS DA AÇÃO**

- 2.1 Função do conceito de ação em Direito penal.
- 2.2 A ação e a omissão.
- 2.3 Desvalor de ação
- 2.4 Desvalor de resultado
- 2.5 Relação de causalidade
- 2.6 O dano e o perigo e sua relação com o bem jurídico.

### **3 IMPUTAÇÃO OBJETIVA**

### **4 TIPICIDADE**

- 4.1 Elementos objetivos, normativos e subjetivos dos tipos.
- 4.2 Congruência e incongruência dos tipos.
- 4.3 Classificações dos tipos.
  - 4.3.1 Tipo doloso de ação.
    - 4.3.1.1 Elementos do tipo doloso.
    - 4.3.1.2 As teorias sobre o dolo.
  - 4.3.2 Tipo imprudente.

- 4.3.3 Tipo omissivo.
- 4.4 Tipicidade formal e material.
- 4.5 Tipicidade conglobante.

## **5 ANTIJURIDICIDADE**

- 5.1 Antijuridicidade formal e material.
- 5.2 Teorias tripartida e bipartida do delito.
- 5.3 A teoria dos elementos negativos do tipo.
- 5.4 Antijuridicidade como espaço de resolução de conflitos.

## **6 CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO**

- 6.1 Os elementos:
  - 6.1.1 Da legítima defesa
  - 6.1.2 Do estado de necessidade
  - 6.1.3 Do estrito cumprimento de um dever legal
  - 6.1.4 Do exercício regular de um Direito.

## **7 CULPABILIDADE**

- 7.1 Conceito
- 7.2 Fundamentos e evolução histórica.
- 7.3 A co-culpabilidade.
- 7.4 Imputabilidade.
- 7.5 *Actio libera in causa*.
- 7.6 Emoção, paixão e embriaguez.
- 7.7 Potencial consciência da ilicitude.
- 7.8 Referências à teoria do erro.
- 7.9 O desconhecimento da lei e da ilicitude.
- 7.10 Exigibilidade de conduta diversa.
- 7.11 Limites entre justificação e exculpação.

## **8 TEORIAS SOBRE O ERRO**

- 8.1 Teorias do dolo e teorias da culpabilidade.
- 8.2 Erro essencial.
- 8.3 O erro de tipo.
- 8.4 O erro de proibição.

## **9 DESCRIMINANTES PUTATIVAS**

- 9.1 O erro sobre as causas de justificação.
- 9.2 Erro acidental.

## **10 O ITER CRIMINIS**

- 10.1 A tentativa de delito.
- 10.2 Fundamentos e justificativa.

## **11 DELITO PUTATIVO**

- 11.1 Crime impossível
- 11.2 Desistência voluntária
- 11.3 Arrependimento eficaz.
- 11.4 O crime impossível.

## **12 CONCURSO DE PESSOAS**

- 12.1 Teorias
- 12.2 Formas de autoria
- 12.3 A autoria em aparatos de poder organizados
- 12.4 A questão da responsabilidade penal da pessoa jurídica.

### **13 PARTICIPAÇÃO**

- 13.1 Modalidades
- 13.2 A questão da assessoriedade
- 13.3 Participação dolosamente distinta
- 13.4 Participação em cadeia e participação de participação.

## **TEORIA GERAL DO PROCESSO**

### **1 HISTÓRICO**

- 1.1 Direito Material
- 1.2 Direito processual.
- 1.3 Direito Privado
- 1.4 Direito Público.

### **2 NORMAS JURÍDICAS E PROCESSUAIS**

- 2.1 Classificação das normas jurídicas
  - 2.1,1 Quanto ao grau de obrigatoriedade das normas jurídicas e quanto à natureza das regras jurídicas.
  - 2.1.2 Características das normas processuais.
  - 2.1.3 Autonomia epistemológica do direito processual civil.

### **3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS**

- 3.1 Informativos
  - 3.1.1 Lógico
  - 3.1.2 Jurídico
  - 3.1.3 Político
  - 3.1.4 Econômico.

### **4 JURISDIÇÃO E ESTADO DE DIREITO**

- 4.1 Divisão da jurisdição.

### **5 AÇÃO**

- 5.1 Conceito e teorias sobre o direito de ação
  - 5.1.1 Elementos identificadores da ação.
- 5.2 Condições da ação
  - 5.2.1 Interesse processual
  - 5.2.2 Legitimidade das partes e possibilidade jurídica do pedido.
- 5.3 Classificação das ações
  - 5.3.1 Declaratórias
  - 5.3.2 Condenatórias
  - 5.3.3 Constitutivas
  - 5.3.4 Mandamentais e executivas.

### **6 PROCESSO E PROCEDIMENTO**

- 6.1 Relação jurídica processual.

6.2 Tipos de processo

6.2.1 Conhecimento

6.2.2 De execução

6.2.3 Cautelar.

**7 COMPETÊNCIA**

7.1 Conceito

7.2 Critérios para definição de competência

7.3 Competência relativa e absoluta

7.4 Causas Modificativas da competência

7.5 Conexão, contingência e prevenção.

**8 ATOS PROCESSUAIS**

8.1 Conceito

8.2 Classificação

8.3 Forma

8.4 Publicidade

8.5 Classificação

8.6 Atos das partes, do juiz e do escrivão

8.7 Pressupostos processuais:

8.7.1 De existência, de validade e negativos

**9 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS**

9.1 Assistência Simples e Litisconsorcial

9.2 Oposição, Nomeação à Autoria

9.3 Chamamento ao Processo

9.4 Denúnciação à Lide.

**DIREITO EMPRESARIAL - TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL**

**1 EVOLUÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL**

1.1 o comércio na Antiguidade

1.2 Idade Média

1.3 Sistema Francês

1.4 Sistema Italiano.

**2 O DIREITO DA EMPRESA**

2.1 noção geral dos tipos de organizações com fins lucrativos

2.2 Conceito de Empresário

2.3 Autônomo

2.4 Sociedade Simples e Sociedade Empresária

2.5 Elemento de Empresa

2.6 Atividades agrícolas

2.7 o empresário rural.

**3 DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE EMPRESA**

3.1 Empresa e sociedade

3.2 Responsabilidade limitada

3.3 Ilimitada

3.4 Solidária

3.5 Subsidiária.

#### **4 CAPACIDADE PARA SER EMPRESÁRIO**

- 4.1 noção geral sobre capacidade civil
- 4.2 maioria civil
- 4.3 incapacidade absoluta e relativa
- 4.4 emancipação
- 4.5 sucessão de empresa por incapaz.

#### **5 REGISTRO DE EMPRESA**

- 5.1 órgãos do registro de empresas
- 5.2 Atos, procedimentos e regimes
- 5.3 Inatividade da empresa
- 5.4 Consequências da falta de registro e escrituração.

#### **6 NOME EMPRESARIAL**

- 6.1 conceito de firma e denominação
- 6.2 Tipos societários e nomes a serem utilizados
- 6.3 Consequências jurídicas da utilização do nome empresarial. Diferença entre nome empresarial, marca e título do estabelecimento.

#### **7 ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL**

- 7.1 conceito, trespasse, cláusula de não-restabelecimento
- 7.2 Proteção ao Ponto
- 7.3 locação empresarial e Ação Renovatória.

#### **8 DISCIPLINA JURÍDICA DA CONCORRÊNCIA**

- 8.1 Livre Iniciativa
- 8.2 Concorrência Desleal: específica e genérica.
- 8.3 Abuso de Poder: Caracterização da Infração à Ordem Econômica.
- 8.4 Atribuições e Procedimento adotados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

#### **9 A ATIVIDADE EMPRESARIAL E A QUALIDADE DO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS**

- 9.1 A atividade empresarial e a publicidade.

### **DIREITO CIVIL - DIREITO DOS CONTRATOS**

#### **1 CONTRATOS**

- 1.1 Noção geral e histórico.
- 1.2 Princípios do direito contratual
  - 1.2.1 Autonomia da vontade
  - 1.2.2 Autonomia privada
  - 1.2.3 Boa-fé subjetiva
  - 1.2.4 Boa-fé objetiva
  - 1.2.5 Dirigismo contratual
  - 1.2.6 Confiança
  - 1.2.7 Transparência
  - 1.2.8 Consensualismo

- 1.3 Função social do contrato
  - 1.3.1 Noção geral
  - 1.3.2 Caracterização
  - 1.3.3 Sanções pelo descumprimento
- 1.4 Revisão do contrato
  - 1.4.1 Noção geral
  - 1.4.2 Hipóteses de revisão no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor

## **2 FORMAÇÃO DO CONTRATO**

- 2.1 Noção geral
- 2.2 Negociações preliminares ou tratativas contratuais
- 2.3 Responsabilidade civil pré-contratual
- 2.4 Proposta-conceito
- 2.5 Obrigatoriedade e suas exceções
- 2.6 Aceitação
  - 2.6.1 Ação geral
  - 2.6.2 Características
- 2.7 Lugar e tempo da formação do contrato

## **3 CLASSIFICAÇÃO DO CONTRATO**

- 3.1 Noção geral
- 3.2 Contratos bilaterais e unilaterais
- 3.3 onerosos e gratuitos
- 3.4 consensuais e reais
- 3.5 comutativos e aleatórios
- 3.6 típicos e atípicos
- 3.7 preliminares e definitivos
- 3.8 primitivos e derivados
- 3.9 instantâneos e de duração
- 3.10 execução imediata e de execução diferida
- 3.11 solenes e não solenes

## **4 EVICÇÃO**

- 4.1 Conceito
- 4.2 Características
- 4.3 Evicção total e parcial
- 4.4 Disciplina no novo Código Civil

## **5 VÍCIOS REDIBITÓRIOS**

- 5.1 Conceito
- 5.2 Características
- 5.3 Prazos para a alegação do vício
- 5.4 Tratamento legislativo da matéria no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor

## **6 EFEITOS DOS CONTRATOS**

- 6.1 Noção geral
- 6.2 Efeitos perante as partes contratantes
- 6.3 Efeitos perante terceiros-estipulações em favor de terceiros e promessa de fato de terceiros

## **7 EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

- 7.1 Noção geral

- 7.2 Terminologia
- 7.3 Extinção pelo cumprimento das obrigações
- 7.4 Pela morte
- 7.5 Pela cessão
- 7.6 Pelo decurso do tempo
- 7.7 Resolução do contrato
- 7.8 Resilição do contrato
- 7.9 Rescisão do contrato

## **8 DECLARAÇÕES UNILATERAIS DE VONTADE**

- 8.1 Conceito
- 8.2 Promessa de recompensa
- 8.3 Gestão de negócios

## **9 CONTRATOS EM ESPÉCIE**

- 9.1 Compra e venda
- 9.2 Promessa de compra e venda
- 9.3 Troca
- 9.4 Doação
- 9.5 Locação
- 9.6 Prestação de serviços
- 9.7 Empreitada
- 9.8 Empréstimo (comodato e mútuo)
- 9.9 Depósito
- 9.10 Mandato
- 9.12 Seguro
- 9.13 Jogo
- 9.14 Aposta
- 9.15 Fiança
- 9.16 Compromisso

## **DIREITO CONSTITUCIONAL – ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DO ESTADO**

- 1 PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA
- 2 A ORDEM ECONÔMICA E O DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO
- 3 INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ATIVIDADE ECONÔMICA
- 4 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
- 5 AS POLÍTICAS URBANA E AGRÁRIA
- 6 AS AGÊNCIAS REGULADORAS
- 7 A ORDEM SOCIAL

## **DIREITO PENAL – PENAS**

### **1 HISTÓRICO DA PENA**

- 1.1 Direito Penal Romano.
- 1.2 Direito Penal Germânico.
- 1.3 Direito penal Canônico.
- 1.4 Período Humanitário.
- 1.5 A pena capitalista.

- 1.6 A relação cárcere-fábrica.
- 1.7 A pena como fórmula de anulação do processo comunicativo.
  
- 2 OS FUNDAMENTOS DISCURSIVOS DO SISTEMA PUNITIVO**
  
- 3 MODALIDADES DE PENA E SISTEMAS PENITENCIÁRIOS**
  
- 4 FIXAÇÃO DA PENA (1ª PARTE)**
  - 4.1 As circunstâncias judiciais do art. 59.
  - 4.2 Atenuantes e agravantes genéricas.
  - 4.3 Causas gerais e especiais de aumento e diminuição de pena.
  
- 5 FIXAÇÃO DA PENA (2ª PARTE)**
  - 5.1 Concurso de crimes
  - 5.2 Regras de substituição
  - 5.3 Fixação de regime inicial de cumprimento de pena.
  
- 6 FIXAÇÃO DA PENA DE PRISÃO (PRÁTICA)**
  
- 7 PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS**
  - 7.1 Antecedentes das penas alternativas.
  - 7.2 Cominação e aplicação.
  - 7.3 Substituição.
  - 7.4 Espécies de penas alternativas.
  - 7.5 Penas pecuniárias.
    - 7.5.1 Origem.
    - 7.5.2 Conceito.
    - 7.5.3 Sistema dos dias-multa.
  - 7.6 Aplicação.
  
- 8 AS MEDIDAS DE SEGURANÇA**
  - 8.1 Histórico.
  - 8.2 Monismo e Dualismo.
  - 8.3 Aplicação no Direito penal brasileiro.
  
- 9 EXECUÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE**
  - 9.1 Reclusão e detenção.
  - 9.2 Regimes penais.
  - 9.3 Prisão domiciliar.
  - 9.4 Progressão e regressão.
  - 9.5 Exame criminológico.
  - 9.6 Detração.
  - 9.7 Direitos do preso.
  - 9.8 Trabalho prisional.
  - 9.9 Remição.
  - 9.10 Regime disciplinar diferenciado.
  
- 10 TEORIA DOS SUBSTITUTIVOS PENAIIS (1ª PARTE)**
  - 10.1 Suspensão condicional da pena.
  - 10.2 Livramento condicional.

**11 TEORIA DOS SUBSTITUTIVOS PENAIIS (2ª PARTE)**

- 11.1 A Lei 9.099/95.
- 11.2 A suspensão do processo e a transação.
- 11.3 Efeitos da condenação e reabilitação.

**12 A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE**

- 12.1 Especial atenção à prescrição.

**13 EXECUÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS**

- 13.1 Conversão.
- 13.2 Aplicação substitutiva.
- 13.3 Execução da pena de multa.

**14 AÇÃO PENAL**

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCESSO DE CONHECIMENTO**

**1 PROCESSO DE CONHECIMENTO**

- 1.1 Formação,
- 1.2 Suspensão e Extinção do Processo.
- 1.3 Procedimentos comum ordinário e sumário.

**2 PETIÇÃO INICIAL**

- 2.1 Requisitos
- 2.2 Formas de pedido
- 2.3 Juízo de Admissibilidade.

**3 ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**

**4 RESPOSTA DO RÉU**

- 4.1 Espécies de Defesa
- 4.2 Prazos.
- 4.3 Contestação.
- 4.4 Reconvenção.
- 4.5 Exceções.
- 4.6 Revelia

**5 PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES**

- 5.1 Verificação do efeito da revelia.
- 5.2 Declaração Incidental.
- 5.3 Alegações do Réu.

**6 SANEAMENTO E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO**

- 6.1 Questões de direito e de fato.
- 6.2 Julgamento antecipado da lide.
- 6.3 Audiência de Conciliação e Saneamento.

**7 FASE PROBATÓRIA**

- 7.1 Princípios gerais da prova.
- 7.2 Provas típicas e atípicas.

- 7.3 Depoimento pessoal e confissão.
- 7.4 Prova documental.
- 7.5 Prova testemunhal.
- 7.6 Prova pericial.
- 7.7 Inspeção Judicial.
- 7.8 Audiência de Instrução e Julgamento.
- 7.9 Alegações Finais.

## **8 SENTENÇA**

- 8.1 Requisitos e estrutura.
- 8.2 Efeitos.
- 8.3 Classificação.
- 8.4 Falhas corrigíveis e nulidades.
- 8.5 Sentença líquida e ilíquida.

## **9 COISA JULGADA**

- 9.1 Conceitos.
- 9.2 Formal e Material.
- 9.3 Eficácia.
- 9.4 Limites objetivos e subjetivos.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **1 DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- 1.1 Definição
- 1.2 O Estado de Direito
- 1.3 Atividade Administrativa
- 1.4 Função Administrativa
- 1.5 Regime Jurídico de Direito Público.

### **2 PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO**

- 2.1 Noção de princípio.
- 2.2 Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público.
- 2.3 Legalidade.
- 2.4 Moralidade.
- 2.5 Publicidade.
- 2.6 Impessoalidade.
- 2.7 Igualdade/Isonomia.
- 2.8 Eficiência administrativa.
- 2.9 Proporcionalidade.
- 2.10 Motivação

### **3 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.**

- 3.1 Estrutura Administrativa.
- 3.2 Órgãos. Autarquias.
- 3.3 Empresas Públicas.
- 3.4 Sociedades de Economia Mista.
- 3.5 Fundações Públicas.
- 3.6 Entidades paraestatais.

## **4 PODERES ADMINISTRATIVOS.**

- 4.1 Vinculação e
- 4.2 Discricionariedade.

## **5 ATO ADMINISTRATIVO.**

- 5.1 Conceito.
- 5.2 Aspectos do ato administrativo.
  - 5.2.1 SujeitoConteúdo
  - 5.2.2 Forma
  - 5.2.3 Motivo
  - 5.2.4 Finalidade.
- 5.3 Atributos do ato administrativo.
  - 5.3.1 Presunção de legitimidade
  - 5.3.2 Impertividade
  - 5.3.3 Auto-executoriedade.
- 5.4 Classificação dos atos administrativos.
- 5.5 Formalização dos atos administrativos.
- 5.6 Categorias formais dos atos administrativos quanto ao conteúdo.
- 5.7 Produção dos atos administrativos.
- 5.8 Extinção dos atos administrativos.
- 5.9 Revogação e anulação.

## **6 PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

- 6.1 Prodecimentalização das atividades administrativas.
- 6.2 Etapas do proceso administrativo.

## **7 BENS PÚBLICOS.**

- 7.1 Definição.
- 7.2 Classificação
- 7.3 Características.
- 7.4 Afetação e desafetação.

## **8 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

- 8.1 Controle interno e externo.
- 8.2 Formas de controle.
- 8.3 Limites ao controle da administração pública.

## **DIREITO CIVIL - DIREITO REAIS**

### **1 DIREITO DAS COISAS**

- 1.1 Noção geral
- 1.2 Princípios
- 1.3 Características
- 1.4 Diferenças com os direitos pessoais
- 1.5 Relação jurídica de Direito Real

### **2 DA POSSE**

- 2.1 Noção geral
- 2.2 Diferenças com a detenção
- 2.3 Características

- 2.4 Função social da posse
- 2.5 Modos de aquisição da posse
- 2.6 Efeitos da posse
  - 2.6.1 A defesa da posse-reintegração de posse
  - 2.6.2 Manutenção de posse
  - 2.6.3 Interdito proibitório
- 2.7 Perda da posse
  - 2.7.1 Hipóteses

### **3 DA PROPRIEDADE EM GERAL**

- 3.1 Noção de propriedade
- 3.2 Características da propriedade
- 3.3 Aquisição da propriedade
- 3.4 Usucapião
  - 3.4.1 Noção geral
  - 3.4.2 Espécies
  - 3.4.3 Requisitos
  - 3.4.4 Disciplina na Constituição Federal e no Código Civil
- 3.5 Perda da propriedade
- 3.6 O sistema de registro da propriedade imóvel

### **4 CONDOMÍNIO**

- 4.1 Noção geral
- 4.2 Características
- 4.3 Disciplina legal

### **5 CONDOMÍNIO EDILÍCIO**

- 5.1 Noção geral
- 5.2 Características
- 5.3 Constituição
- 5.4 Administração
- 5.5 Despesas
- 5.6 Extinção

### **6 DIREITOS DE VIZINHANÇA**

- 6.1 Conceito
- 6.2 Características
- 6.3 Uso anormal da propriedade
- 6.4 Árvores limítrofes
- 6.5 Passagem forçada
- 6.6 Aguas
- 6.7 Limites entre prédios
- 6.8 Direito de tapagem
- 6.9 Direito de construir

### **7 DOS DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA**

- 7.1 Noção geral
- 7.2 Características
- 7.3 Servidões
- 7.4 Usufruto
- 7.5 Uso

- 7.6 Habitação
- 7.7 Direito do promitente comprador

## **8 DIREITO AUTORAL**

- 8.1 Noção geral
- 8.2 Características
- 8.3 Disciplina jurídica

## **9 DIREITOS REAIS DE GARANTIA**

- 9.1 Conceito
- 9.2 Características
- 9.3 Penhor
- 9.4 Hipoteca
- 9.5 Anticrese

## **DIREITO EMPRESARIAL – DIREITO SOCIETÁRIO**

### **1 A SOCIEDADES E SUAS TEORIAS.**

- 1.1 Ato constitutivo da sociedade e sua natureza.
- 1.2 O ato constitutivo da sociedade e sua natureza.
- 1.3 Teorias contratualistas e anticontratualistas;
- 1.4 A desconsideração da personalidade jurídica.

### **2 O SÓCIO**

- 2.1 Direitos e deveres do sócio;
- 2.2 A cota social e o Sócio menor;
- 2.3 Sociedade entre marido e mulher;
- 2.4 Sócio pessoa jurídica;
- 2.5 Sociedade subsidiária e sociedade holding;
- 2.6 Sociedade unipessoal.

### **3 ELEMENTOS E CLASSIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES**

- 3.1 Nome empresarial e domicílio;
- 3.2 Estabelecimento;
- 3.3 Objeto social;
- 3.4 Administração social;
- 3.5 Capital social e patrimônio;
- 3.5 Aumento de capital;
- 3.6 Sociedades regulares e irregulares;
- 3.6 Sociedades de pessoas e de capitais;
- 3.7 Sociedades de responsabilidade limitada, ilimitada e mista.

### **4 QUADRO SOCIAL E SUAS MUTAÇÕES**

- 4.1 Cessão de cotas;
- 4.2 Falecimento, interdição e insolvência de sócio;
- 4.3 Apuração de haveres.

### **5 TIPOS DE SOCIEDADE**

- 5.1 Normas gerais de direito societário;
- 5.2 Sociedade simples;

- 5.3 Sociedade em nome coletivo;
- 5.4 Sociedade em comandita simples.

## **6 DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

- 6.1 Dissolução;
- 6.2 Liquidação;
- 6.3 Partilha.

## **7 SOCIEDADE LIMITADA**

- 7.1 Características;
- 7.2 A responsabilidade limitada;
- 7.3 Legislação aplicável;
- 7.4 Campo de aplicação;
- 7.5 Administração;
- 7.6 Delegação.
- 7.7 A cota social;
- 7.8 Cessão de cotas;
- 7.9 Caução de cotas;
- 7.10 Aquisição das próprias cotas pela sociedade;
- 7.11 Direito de preferência;
- 7.12 O processo decisório;
- 7.13 O direito de recesso.

## **8 SOCIEDADE ANÔNIMA**

- 8.1 Características;
- 8.2 Sociedade em comandita por ações;
- 8.3 Denominação da sociedade anônima;
- 8.4 Companhias abertas e fechadas;
- 8.5 A sociedade brasileira e a empresa brasileira de capital nacional;
- 8.6 A sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil;
- 8.7 As subsidiárias de sociedades estrangeiras.

## **9 CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- 9.1 Subscrição pública;
- 9.2 Subscrição particular;
- 9.3 Os fundadores, o projeto de estatutos e prospecto;
- 9.4 Registro público de empresas mercantis e publicidade.

## **10 A INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL**

- 10.1 Integralização em dinheiro, bens ou créditos;
- 10.2 Avaliação e transferência de bens;
- 10.3 A responsabilidade dos avaliadores e subscritores.

## **11 AÇÕES**

- 11.1 Conceito e natureza da ação;
- 11.2 Ações com e sem valor nominal;
- 11.3 Preço de emissão e ágio;
- 11.4 Classificação das ações;
- 11.5 Espécies e classes das ações;
- 11.6 Formas das ações;
- 11.7 Circulação das ações;

11.8 Livros sociais.

## **12 DEBÊNTURES**

- 12.1 Conceitos, finalidades e confronto com ações;
- 12.2 Emissão e séries;
- 12.3 Correção monetária e rendimento;
- 12.4 Vencimento, amortização e resgate;
- 12.5 Garantias e limites de emissão;
- 12.6 Formalidades à colocação de debêntures;
- 12.7 Debêntures conversíveis em ações.

## **13 OUTROS TÍTULOS DE EMISSÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS**

- 13.1 Partes beneficiárias;
- 13.2 Bônus de subscrição;
- 13.3 Opção de compra de ações.

## **14 O ACIONISTA**

- 14.1 O direito de voto;
- 14.2 O acionista controlador.

## **15 ASSEMBLÉIA GERAL**

- 15.1 Convocação, quorum, representação e legitimação;
- 15.2 O pedido de procuração;
- 15.3 Assembléia-geral ordinária;
- 15.4 Assembléia Geral extraordinária;
- 15.5 Assembléias especiais;
- 15.6 Direito de recesso.

## **16 ADMINISTRAÇÃO**

- 16.1 Órgãos administrativos;
- 16.2 Conselho de administração;
- 16.3 A eleição dos conselheiros e o processo do voto múltiplo;
- 16.4 Diretoria e a investidura dos administradores;
- 16.5 Remuneração;
- 16.7 Deveres dos administradores.

## **17 CONSELHO FISCAL**

- 17.1 O órgão e sua composição;
- 17.2 Funcionamento permanente ou eventual;
- 17.3 Remuneração e responsabilidades;
- 17.4 As auditorias independentes.

## **18 EXTINÇÃO DA SOCIEDADE**

- 18.1 Dissolução;
- 18.2 Liquidação;
- 18.3 Partilha e extinção.

## **19 TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO**

- 19.1 Transformação;
- 19.2 Incorporação, fusão, cisão.

**20 CONTROLADORAS E CONTROLADAS**

- 20.1 Controladas e coligadas;
- 20.2 Participação recíproca;
- 20.3 Subsidiária integral;
- 20.4 Alienação de controle;
- 20.5 Oferta pública para aquisição de controle;
- 20.6 Incorporação de companhia controlada; e
- 20.7 Grupos de sociedades.

**DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL**

**1 DOS CRIMES CONTRA A VIDA**

- 1.1. Homicídio: simples, qualificado, privilegiado, culposo;
- 1.2. Aborto. Auto-aborto. Aborto provocado por terceiro. Aborto qualificado. Aborto legal.

**2 DAS LESÕES CORPORAIS**

- 2.1. Lesão corporal: simples, grave, gravíssima, privilegiada, culposa.  
Lesão corporal seguida de morte.

**3 DOS CRIMES CONTRA A HONRA**

- 3.1 Calúnia;
- 3.2 Difamação;
- 3.3 Injúria;
- 3.4 Disposições comuns. Exclusão do crime. Retratação. Ação penal.

**4 DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL**

- 4.1 Seqüestro e cárcere privado;
- 4.2 Redução a condição análoga à de escravo.

**5 DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**

- 5.1 Furto. Simples, qualificado;
- 5.2 Roubo: Roubo simples, aumentado, latrocínio;
- 5.3 Extorsão: Extorsão simples, mediante seqüestro, qualificada, seguida de morte, diminuída, indireta;
- 5.4 Apropriação indébita: Simples;
- 5.5 Estelionato: Simples, modalidades fraudulentas;
- 5.6 Duplicata simulada;
- 5.7 Receptação: simples qualificada, privilegiada;
- 5.8 Disposições gerais.

**6 DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES**

- 6.1 Estupro;
- 6.2 Atentado violento ao pudor;
- 6.3 Disposições gerais.

**7 DOS CRIMES CONTRA PAZ PÚBLICA**

- 7.1 Quadrilha ou bando.

**8 DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA**

- 8.1 Moeda Falsa: Simples, privilegiada;

- 8.2 Falsificação de documento público;
- 8.3 Falsidade ideológica;
- 8.4 Uso de documento falso.

## **9 DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- 9.1 Dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral;
  - 9.1.1 Peculato: simples, culposo;
  - 9.1.2 Concussão: simples, excesso de exação, qualificada;
  - 9.1.3 Corrupção passiva;
  - 9.1.4 Prevaricação;
- 9.2 Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral;
  - 9.2.1 Corrupção ativa;

## **10 DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA**

- 10.1 Denúnciação caluniosa;
- 10.2 Falso testemunho ou falsa perícia;
- 10.3 Corrupção de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete;
- 10.4 Coação no curso de processo.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL – RECURSOS**

### **1 TEORIA GERAL DOS RECURSOS**

- 1.2 Duplo grau de jurisdição.
- 1.3 Classificação.
- 1.4 Efeito.
- 1.5 Pressupostos de Admissibilidade.
- 1.6 Juízo de Admissibilidade.
- 1.7 Juízo de Mérito. Princípios ditos inspiradores do sistema recursal brasileiro
  - 1.7.1 Da correspondência,
  - 1.7.2 Da taxatividade
  - 1.7.3 Da unicidade,
  - 1.7.4 Da fungibilidade,
  - 1.7.5 Da proibição de *reformatio in pejus*,
  - 1.7.6 Duplo grau de jurisdição.

### **2 APELAÇÃO**

- 2.1 Noções gerais
- 2.2 Objeto
- 2.3 Legitimidade
- 2.4 Interposição
- 2.5 Juízo de retração
- 2.6 Conteúdo
- 2.7 Efeitos e processamento.

### **3 AGRAVO**

- 3.1 Noções gerais
- 3.2 Cabimento
- 3.3 Espécies e regimes
- 3.4 Interposição e procedimento
- 3.5 Juízo de retração

3.6 Efeitos.

**4 EMBARGOS DECLARATÓRIOS**

**5 EMBARGOS INFRINGENTES**

**6 RECURSOS INOMINADOS**

**7 RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

**8 EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.**

**9 CORREIÇÃO PARCIAL**

**10 AÇÃO RESCISÓRIA**